

Renegociação da dívida externa: o que propor aos credores — 3

Adriano do Amaral (*)



2) Amortizações: prazos de carência e de pagamento.

As regras já indicadas determinam a viabilidade de renegociar a dívida existente a prazos de carência e de pagamento bem menores do que os que vêm sendo mencionados com freqüência nas últimas propostas e sugestões. No caso do Brasil, a destinação anual de US\$ 5 bilhões, a partir do início do segundo ano de aplicação de seu programa de recuperação, às amortizações líquidas, inclusive podendo, nos anos subsequentes, elevá-las apreciavelmente, permitiria provavelmente liquidar boa parte da dívida antecipadamente, mesmo no caso de reescaloná-la a prazos médios de doze anos para pagamento (quatro de carência e pagamentos distribuídos principalmente durante os últimos oito). Isto representa, de novo, uma vantagem para os credores incomparavelmente melhor do que as que realistamente podem esperar, a prosseguirem as coisas em seu estado atual, e mesmo do que obteriam com as propostas que vêm sendo apresentadas, as quais, em sua maioria, implicando elevação da dívida durante o período de carência, tornam mais duvidosa a qualidade dos ativos, aos quais os credores terão, nesses esquemas, de adicionar dinheiro novo e bom. Ademais, o pagamento de parte desses ativos pelos devedores antes dos prazos de carência previ-

vos para poder destinar anualmente nada menos que US\$ 10 bilhões ao serviço da dívida externa (US\$ 5 bilhões para juros e US\$ 5 bilhões para amortizações). Portanto, aquele compromisso tem de ser parte integrante do pacote de renegociações da dívida.

Os governos dos EUA, da Comunidade Européia e do Japão devem lembrar-se de que, em caso de desacordo, lhes custará bem mais caro injetar dinheiro nos mercados financeiros para socorrer grandes bancos em dificuldades; devem lembrar-se de que toda a massa de fundos que colocarem no mercado não será bastante para salvar os bancos nem o mercado financeiro, e será suficiente,

te, sim, para desencadear uma incontrolável inflação.

Para que tenham, ao contrário, muitos ganhos, terão todo o interesse em liberalizar suas importações provenientes dos países devedores, cuja recuperação, fundada numa mudança estrutural profunda, se traduzirá em maior capacidade exportadora e em maior capacidade de absorção das importações provenientes dos países industrializados.

O Brasil, por exemplo, se desenvolverá muito melhor exportando US\$ 40 bilhões anuais e importando US\$ 28 bilhões do que exportando US\$ 23 bilhões e importando US\$ 11 bilhões (o superávit de US\$ 12 bilhões é necessário para fazer face

aos US\$ 10 bilhões do serviço da dívida e mais US\$ 2 bilhões do déficit de serviços, juros excluídos). Esse equilíbrio num nível mais alto é também muito bom para nossos parceiros (terão um mercado aumentado em US\$ 17 bilhões, o que é bem viável após alguns anos de recuperação em bases sérias e não de falsas impressões conjunturais).

Mas para que isso seja possível não basta acesso mais desimpedido aos mercados externos. É indispensável aumentar a produtividade. Ora, esta, como tudo que é real e importante, não brota das pranchetas dos planejadores; ela só avança se é garantido no país espaço para suas próprias empresas e se estas trabalham, na maior parte

dos casos, em condições de alguma concorrência; em outras palavras, produtividade e tecnologia só crescem no terreno apropriado para elas, que é a economia de mercado assegurada pela política econômica a fortalecer-la e a defendê-la das investidas oligopolistas e da ineficiência das gestões burocratizadas da parte de executivos de estatais, nomeados pela política do empreguismo.

Ao realizar essa política, nem sempre será possível, ao mesmo tempo, agradar a muitas das poderosas empresas transnacionais instaladas no País.

Para um país em desenvolvimento, o único caminho para desenvolver tecnologia é ter suas empresas, quer trabalhem com

tecnologia importada, quer a modifiquem, quer desenvolvam tecnologias próprias (geralmente o que há, como mostra a experiência japonesa, que de um país antes bem atrasado chegou até a posição na primeira linha da vanguarda, são as três coisas ao mesmo tempo). Mas para se ter empresas locais viáveis na quantidade necessária, nos países que se deixaram invadir pelas transnacionais e se enredaram na proliferação das estatais, é indispensável a intervenção da política econômica para que o país, um dia, venha a ser uma economia de mercado.

(Conclusão)

(*) Ministro-conselheiro; chefe do Setor Econômico da Embaixada do Brasil no México.

tos, além de melhorar a saúde financeira dos bancos expostos, gerará bem maior grau de confiança nos agora abaladíssimos mercados financeiros internacionais.

3) Comércio e tecnologia. Os governos dos países desenvolvidos deverão tomar medidas para retirar as medidas protecionistas que têm imposto contra as exportações brasileiras, uma vez que o Brasil precisará continuar tendo superávits comerciais expressi-